

*“A partir de 1974, regista-se uma nova fase de evolução urbanística da cidade (contribuindo para isso o retorno das ex-colónias), provocando o proliferar de novos bairros, que cresceram quase sempre anarquicamente (Bairro do Sol, Cantarias, S. Francisco e Vale de Álvaro) e o aumento dos bairros já existentes nos finais da década de 70, quase todos eles inicialmente clandestinos. A partir de 1980 urbanizaram-se de forma mais disciplinada algumas áreas da cidade (Estacada, Rubacar, Campo Redondo, Artur Mirandela, São Tiago, Vale Chorido e Sapato) e construíram-se várias artérias, sendo de analisar as Avenidas Sá Carneiro, das Cantarias, Abade de Baçal, João da Cruz, do Sabor e novos loteamentos de Vale de Álvaro.”<sup>23</sup>*

Em 1976 a Profabril, apresenta a proposta para o Plano de Urbanização da «Zona Residencial de Leste» da Cidade de Bragança. Esta proposta tem como objectivo a apresentação de um Plano de Pormenor para uma das zonas da cidade mais vinculada pela construção clandestina, enquadrado nas propostas definidas pelo Plano Geral de Urbanização. Este plano que subentendia um esforço regulamentador, subdivide-se em duas partes. A primeira, constituída por um Estudo Prévio focou a articulação da rede interna com o esquema viário geral previsto no plano de urbanização da cidade e definiu um zonamento com áreas reservadas à habitação, ao comércio, ao ensino e espaços verdes. a segunda parte, o Estudo Definitivo e este correspondeu à elaboração de um Plano de Pormenor de Urbanização para as áreas mais convenientes desta *Zona Residencial de* Este plano é uma materialização operativa e legislativa de princípios ordenadores que visavam responder às necessidades de uma parte da

população com um ponto de vista global e unificador. Para as operações urbanas que se sucederam este Plano de 1976 revestiu-se de contornos pedagógicos e conceptuais.

---

<sup>23</sup> PROGRAMA POLIS, pp.18

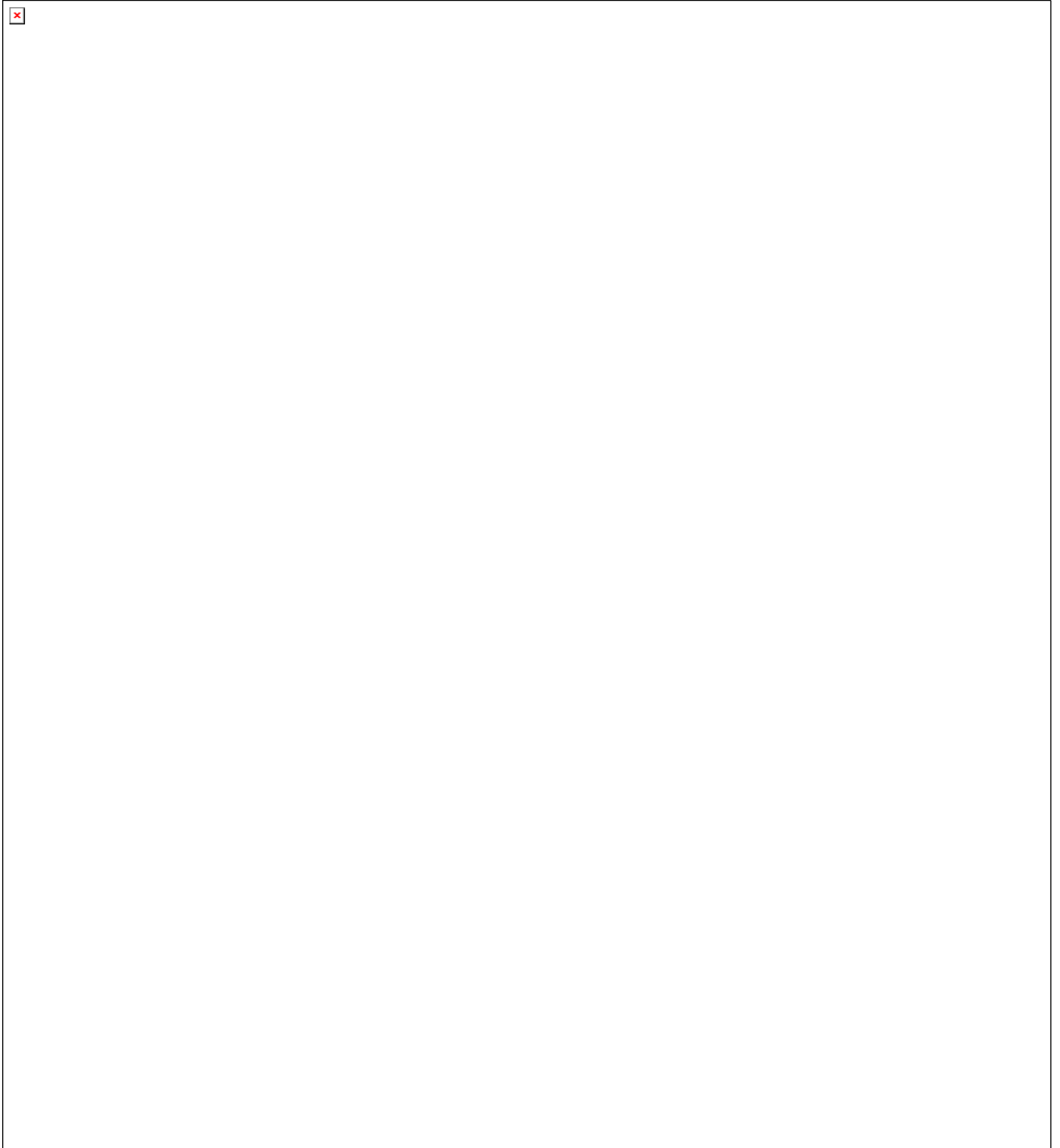


Imagem 54 – Planta de Ordenamento – Plano Director Municipal da Cidade de Bragança (1995)

### 3.1.5. Década de 90

Em finais da década de 1990 a população retoma um certo crescimento, embora não contrariando o já elevado nível de despovoamento e de envelhecimento etário, instalado ao longo das décadas anteriores. O concelho de Bragança tinha observado um saldo negativo, de menos oito por cento, de crescimento entre 1981 e 1997. Como factores desta perda de importância e causa de envelhecimento, podem-se apontar o processo de litoralização dos anos 80, a quebra do interesse e a efectiva eliminação do caminho-de-ferro, assim como o atraso na criação das ligações à rede rodoviária principal de Portugal e do Norte de Espanha. O ligeiro melhoramento entendido como facto de resistência à desertificação deveu-se, em grande parte, ao fluxo de poupanças dos emigrantes e aos ganhos proporcionados pela instalação de várias instituições de ensino superior, tais como a Escola Superior de Enfermagem, do Instituto Politécnico (IPB) e o Instituto Superior de Línguas e Administração. Em 1999 a cidade contava com cerca de 14 000 estudantes, o que constitui uma âncora de fixação no interior nordeste.

Começou-se a olhar atentamente a cidade numa dimensão metropolitana organizando-a segundo um modelo *policêntrico*. As intervenções ligadas a esta tipologia de cidade baseiam-se no objectivo de requalificar e ordenar a periferia estabelecendo continuidade com o antigo centro. Apostou-se não só na realização de infra-estruturas e serviços hoje existentes, mas sobretudo na descentralização e distribuição equilibrada de funções pelas novas centralidades. O novo método de leitura da cidade, deixou de ser por zonas homogéneas, mas por tecidos, o que permitiu substituir o modo de tratamento unitário para zonas inteiras e ler ao invés das diferenças que devem ser preservadas, as actuais exigências de transformação e harmonizá-las tanto quanto a cidade permitir. Estas

medidas permitiram superar o conceito de um único centro, normalmente associado ao centro histórico, e compreender a cidade como um universo mais vasto e difundido no território. Às novas centralidades estão associados equipamentos colectivos de serviços. Os espaços públicos tornaram-se assim no lugar de convergência do debate sobre as políticas urbanas ao se constituir uma qualidade urbana capaz de suportar ou desencadear outros processos económicos ou culturais. Os projectos de intervenção no espaço público encontraram apoios financeiros e indicações para a intervenção, na densa cidade tradicional, nos Programas de Regeneração que trazem novidades para os espaços colectivos, caracterizadas por elementos naturais como o *verde* e a *água*. Começou-se, ainda, a investir nestes espaços com novas estratégias inerentes à reconversão de vazios urbanos que representavam a fragmentação do tecido urbano e também social.

A revisão no modo de pensar a cidade existente teve como consequência a revisão dos instrumentos urbanísticos de intervenção no contexto urbano. Estes instrumentos começaram a cruzar e a executar os princípios inerentes ao desenvolvimento sustentável, que pretendia otimizar a utilização dos recursos, quer naturais quer culturais, integrando-os na vida contemporânea e contribuindo para o desenvolvimento, segundo uma atitude cautelosa, de respeito e preservação, que não pusesse em risco a passagem desses mesmos recursos para as gerações futuras.

Os instrumentos de planeamento municipal passaram a ser designados por planos municipais de ordenamento do território, ainda que tivessem ou devessem ter funções exclusivamente urbanísticas, como o Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor. Na maior parte dos casos a base dos trabalhos é regulamentada pelo PDM, excepcionalmente e em

casos mais aprofundados é utilizado o PU. O Plano Director Municipal veio estabelecer o modelo de estrutura espacial do território, definindo uma estratégia de desenvolvimento para o município. O Plano de Urbanização não estava obrigado a contemplar estes mecanismos estratégicos. Privilegiou-se então a utilização de um PU ou PDM devido à morosidade associada aos planos mais pormenorizados, que se tornaram mais difíceis de gerir.

*“O modo burocrático como são elaborados a maioria dos planos de nível concelhio ou urbano, pode constituir-se como um problema para os centros urbanos, na medida em que, sendo «leves» por oposição aos de pormenor, são também mais permissíveis em relação à descaracterização de edificado. Do mesmo modo, não permitem definir estratégias concretas de reabilitação para os centros históricos, limitando-se a uma normativa, por consequência passiva, que não permite ultrapassar os problemas nem definir políticas de actuação.”<sup>24</sup>*

A actuação autónoma dos municípios é, naturalmente, limitada pelos poderes do Estado, no entanto, seria adequado que se aplicasse na medida exacta e quando se revelasse necessário, para que os municípios não fossem sujeitos a responder perante os seus cidadãos por decisões impostas por entidades mais centrais e mais, directamente, dependentes do Governo. Neste sentido *“continua a ser actual recuperar a distinção material entre ordenamento do território e urbanismo como critério decisivo de*

*repartição de atribuições e competências entre o Estado e as autarquias locais (...).”<sup>25</sup>*

O Plano Estratégico da Cidade de Bragança data de 1995 e foi estruturado segundo cinco objectivos estratégicos, de carácter substantivo e operacional: melhoria da qualidade do núcleo urbano como meio para atrair e fixar a população e preservando a identidade da cidade de Bragança; reforço da coesão intra-regional através do fortalecimento da rede urbana concelhia e reforço das relações interurbanas; reforço de integração supra-regional, participando em redes de cooperação inter-urbanas; apoiar decisões estratégicas através da realização de estudos integrados de desenvolvimento; e apoiar a implementação do Plano Director Municipal da cidade. Para a concretização destes objectivos foram necessários realizar, a médio prazo, os seguintes projectos: a reabilitação da zona histórica e das margens do Fervença. Estas intervenções foram concluídas ao abrigo do Programa Polis.

Também em 1995 é publicado o Plano Director Municipal da cidade de Bragança. Este Plano tem como objectivo estabelecer as regras a que devem obedecer a ocupação, uso e transformação do solo do município. O cumprimento é aplicável e obrigatório para as intervenções de iniciativa pública, privada ou cooperativa. A cidade é dividida sectorialmente nas seguintes zonas: zona histórica – zona urbana consolidada pela sua antiguidade e elevado valor patrimonial histórico e cultural; zonas de habitação consolidada – caracterizadas por possuírem uma malha urbana consolidada e infra-estruturada, estando definidos os alinhamentos dos

---

<sup>24</sup> FLORES, *op. cit.*, pp.199

---

<sup>25</sup> DOMINGUES, *op. cit.*, pp.397

planos marginais por edificações existentes; zonas de habitação a reabilitar – caracterizadas por terem tido um defeituoso processo de formação, que conduziu a situações de desordenamento e de degradação; zonas de expansão habitacional – caracterizadas por necessitarem de obras de urbanização primária e secundária, a realizar na sequência da elaboração de plano de pormenor pela Câmara Municipal e projecto de loteamento; zonas de equipamentos colectivos – caracterizadas pela existência ou por se destinarem à protecção, ampliação e instalação de áreas verdes de utilização colectiva, de iniciativa pública ou privada; zonas verdes – caracterizadas pela existência ou por se destinarem à protecção, ampliação e instalação de áreas verdes de utilização colectiva, de iniciativa pública ou privada; e zonas industriais – caracterizadas pela existência ou por se destinarem à instalação de unidades industriais ou afins. Relativamente ao ordenamento do território o PDM objectivou salvaguardar e valorizar a identidade da cidade e salvaguardar os recursos naturais valorizando a paisagem. Já relativamente ao desenvolvimento municipal foram definidas como metas o desenvolvimento turístico, a afirmação e confirmação da cidade como capital regional.

A linha do Tua foi encerrada em 1992. O comboio era o transporte público que deslocava maior número de utentes à cidade. No entanto, o PDM ainda prevê algumas considerações relativas a distâncias de construção aplicáveis aos proprietários confinantes à linha ferroviária. Este facto deveu-se, essencialmente a duas questões. A primeira relativa ao facto dos estudos e análise necessários para a realização do PDM já se terem iniciado no final da década de 70. A segunda confirma o inesperado encerramento da via.

Uma actividade em pleno crescimento nos anos 90 é o turismo, em especial o turismo cultural e ecológico, visto como oportunidade para desenvolver as potencialidades sociais e económicas das regiões. Com o alargamento do conceito de património aos recursos naturais e paisagísticos, o património passa a ser reconhecido como um importante recurso económico, que através do turismo pode contribuir para o desenvolvimento local. Por turismo sustentável entendeu-se qualquer forma de desenvolvimento ou actividade turística que respeitasse o ambiente, assegurasse a conservação a longo prazo dos recursos naturais e culturais, e que fosse económica e socialmente compensador e justo.

A década de 90 centrou-se sobretudo na questão da sustentabilidade, como estratégia de unificação, equilíbrio e auto-suficiência das cidades, mais coesa e multidimensional, a fim de assegurar a compatibilidade dos interesses culturais, económicos e ambientais. Toda a cidade devia desenvolver-se, satisfazendo as necessidades do presente sem comprometer os recursos equivalentes de que farão uso, no futuro, as próximas gerações.



Imagem 55 – A cidade de hoje, como resultado de um processo histórico contínuo.

### 3.2. Século XXI

Até ao século XXI *“A cidade surgia no horizonte da estrada, como algo a que se chegava, anunciada por uma placa indicativa onde o nome da cidade se fazia acompanhar por um ícone monumental. A partir daí, a construção tornava-se mais densa e contínua, e o perfil da estrada alcatroada e com bermas, ia dando lugar ao traçado das ruas e das vias urbanas. À saída passava-se o mesmo, por ordem inversa. O «fora» e o «dentro» da cidade encontravam-se assim, claramente assinalados. Nos mapas, as cidades eram círculos de onde irradiavam ou confluíam estradas.”*<sup>26</sup>

A cidade de hoje é resultado de um processo contínuo, o que é contrariado pelo modo como cresceram, sem manifestarem preocupação em prever os elementos de continuidade, unificadores. Chegando aos dias de hoje com uma apresentação fragmentada. As actuais cidades são caracterizadas pela dispersão urbana ou urbanização difusa. No exterior do núcleo antigo, o território urbanizado perdeu com frequência a clareza dos traçados, a imagem de conjunto, e a noção de limites urbanos, facilmente justificável com a velocidade e a complexidade que as dinâmicas sociais atingiram nas últimas décadas. A cidade dispersa, na qual a dicotomia entre o rural e o urbano se perdeu, cresceu a partir da ocupação de quilómetros de *beira* de estrada, não sujeitas a qualquer tipo de reconversão, requalificação ou planeamento. Este tipo de cidades é resultado directo da ocupação dos acessos aos núcleos antigos, resultado da falta de solo a preços acessíveis nos locais mais solicitados, mais centrais ou mais

próximos dos serviços de maior utilidade. Não existiam planos de ordenamento quando foram detectados os primeiros saltos no crescimento das cidades médias. As entidades governamentais não estavam preparadas e apenas dispunham como matriz dos PU, bem limitados pelos perímetros herdeiros das sucessivas muralhas, que, aliás, sempre tinham fomentado os arrabaldes. Viriam a ser utilizados *“os instrumentos urbanísticos tradicionais como o loteamento e, com mais dificuldade e não melhores resultados, os Planos de Pormenor. Aliás, mesmo as instituições públicas localizariam, por conveniências fundiárias, os bairros sociais ou equipamentos singulares em áreas externas aos perímetros planeados por vezes em décadas passadas.”*<sup>27</sup> A utilização dos PP deve-se essencialmente ao facto de incidirem em áreas restritas, e do suporem um elevado grau de certeza e de consenso, apoiados num programa estabilizado e numa fórmula de financiamento ajustada. No entanto, como qualquer plano, apresenta falhas e neste caso prendem-se ao excesso de rigidez e de detalhe, e eventuais desequilíbrios entre financiamentos públicos e privados. Como os PP não pode ser demasiado gerais quando objectivam equilibrar a tripla condição de regular, tornam-se um instrumento operativo que serve de definidor da estratégia subsequente a esse mesmo plano.

<sup>26</sup> DOMINGUES, *op. cit.*, pp.333

<sup>27</sup> DOMINGUES, *op. cit.*, pp.366



- A** - corredor verde do ferveça FASE 1      **C** - arranjo urbanístico da encosta do castelo      **E** - parque de estacionamento do mercado  
**B** - corredor verde do rio ferveça FASE 2      **D** - parque de estacionamento do castelo      **F** - zona histórica - Batocos e Moreirinhas

Imagem 56 – Intervenções ao abrigo do Programa Polis



Bragança, como a maior parte das cidades médias portuguesas, é caracterizada pela sua baixa densidade, o que resulta na dificuldade de implantação de padrões de mobilidade. A importância das infraestruturas de transportes e das diferentes acessibilidades a elas associadas é reconhecida como fundamental para o desenvolvimento urbano. Uma melhor acessibilidade contribui para a diminuição dos custos associados ao transporte, facilitando o acesso ao emprego, a matérias-primas e a mercados, e tornando a região mais atractiva e competitiva. O desinvestimento na via ferroviária e a expansão da rede viária, conduziu a que o terminal para *expressos* (Estação Central de Camionagem), o único transporte público que estabelece ligação inter-regional, fosse instalado na antiga estação ferroviária, no centro da cidade. A abdicação de uma localização periférica prendeu-se às significativas deslocações diárias a pé que representam uma parte significativa das viagens em meio suburbano. Os espaços pedonais recentemente favorecidos respondem apenas à concentração comercial e de alguns serviços. Contudo, alguns autores<sup>28</sup> afirmam que ainda não é corrente uma atitude de projecto que encare opções ecológicas e corrente, por exemplo o «a pé», como importantes modos de transporte suburbanos. Este meio necessita de pelo menos igual ou maior preocupação do que a que é dada ao planeamento e projecto do sistema automóvel. Assim como uma oferta alargada e convidativa de transportes públicos. Por sua vez, também a bicicleta, como meio de transporte também é negligenciada. A bicicleta continua a ser considerada na sua vertente lúdica, estando a ciclovias geralmente inseridas em locais

de lazer e descanso, ao contrário da tendência europeia que as inserem no núcleo urbano de modo a estabelecerem ligações entre as diferentes centralidades.

Bragança, capital de distrito e sede de conselho é entendida como uma cidade propensa a ser um pólo de atracção para a fixação da população, a par do significativo papel de charneira, como centro distribuidor, entre Trás-os-Montes e Alto Douro e Zamora. Nesse sentido são reunidos esforços para melhorar a sua atractividade, entre eles contrariar com mais-valias e até procurar beneficiar da sua dupla posição geográfica periférica, a nível nacional e a nível regional, com boas acessibilidades e com a melhoria das condições urbanas e ambientais.

As primeiras medidas relativas à gestão das vias e consequentemente do tráfego vão ao encontro de aumentar a capacidade nas intersecções, melhorar a fluidez e viabilizar mais frentes de estacionamento. Algumas cidades adoptaram, posteriormente, à introdução da semaforização e à taxação do estacionamento central como forma de aumentar a oferta pela rotatividade dos mesmos lugares. Nos últimos anos generalizou-se a construção de parques de estacionamento centrais, por concessão de serviço público a privados, o que contribui decisivamente para a manutenção de níveis apreciáveis de tráfego nos centros das cidades. No caso de Bragança temos o exemplo significativo do estacionamento sob a Praça Camões, previsto nos objectivos do Polis.

---

<sup>28</sup> DOMINGUES, *op. cit.*, pp.383



Imagens 57 e 58 – Corredor verde do Fervença



Imagens 59 e 60 – Praça Camões



Actualmente, quando se fala de planos fala-se predominantemente de planos de excepção: Planos de Salvaguarda ou Pormenor para centros históricos e o Programa Polis. A intervenção deste último integra-se nos objectivos estratégicos do PDM, do PU e do Plano Estratégico, surgindo como a continuidade natural do processo iniciado pela autarquia na requalificação urbana e ambiental da cidade.

O apoio do Programa Polis aplica-se quer do ponto de vista financeiro quer operacional, no sentido de acelerar a concretizados de projectos importantes para a afirmação da cidade e que nem sempre são compatíveis com o orçamento da cidade. Nesse sentido, o Polis tirou partido dos fundos financeiros do III QCA (Quadro Comunitário de Apoio) para as iniciativas de qualificação do meio urbano. Com este programa as cidades começaram a fazer cidade com recurso à pruridisciplinaridade de instrumentos e técnicos. A intervenção do Polis na cidade de Bragança, estimada em cerca de 45 hectares, integrou os objectivos do PDM e procurou dar continuidade aos objectivos estratégicos de outros planos que aspiraram à requalificação urbana e ambiental, entre eles o PE e o PU. O Plano para a cidade de Bragança foi aprovado por Conselho de Ministros em 2000. Os projectos a realizar na cidade no âmbito deste programa foram: o arranjo urbanístico da encosta do Castelo, arranjo urbanístico da denominada «zona histórica», a finalização do corredor verde do Fervença e a requalificação da Praça Camões, que incluía a construção do Parque de Estacionamento subterrâneo.

Os objectivos específicos do Polis passaram pela: recuperação de zonas urbanas desqualificadas, através da requalificação do espaço público; valorização e requalificação do rio Fervença, valorização do património histórico, arqueológico, natural e edificado, com a criação de

percursos ambientais, culturais, e arquitectónicos. A longo prazo, perspectivou-se como metas a beneficiação e reconversão dos edifícios habitacionais degradados, iniciativas comerciais e de serviços, atracção de quadros superiores qualificados, construção de novos equipamentos para a população, criação de equipamentos de apoio a actividades culturais, criação de emprego no domínio do ambiente e maior promoção e dinamização turística.

No sentido de requalificar o núcleo antigo, o GTL procedeu a estudos que resultaram na elaboração do Plano de Pormenor para a Zona Histórica. Este destinou-se a disciplinar o uso, a ocupação, a transformação do solo e as acções sobre o edificado que ocorreram na sua área de intervenção, nos termos da legislação aplicável a planos de pormenor. As sucessivas transformações que a cidade sofreu reflectiram-se nos constrangimentos quotidianos mais visíveis nos núcleos antigos. Com o intuito de harmonizar esta área urbana com os hábitos contemporâneos, o plano propôs um elenco de acções a desencadear pelas entidades competentes, tanto a nível dos espaços públicos como do património edificado de excepção, que tomou por base os elementos fundamentais e as fichas de caracterização onde se estabelecem regras e parâmetros minuciosos de actuação. Na área de intervenção, somente foram admitidas actividades, funções e instalações que se destinassem a fins habitacionais, comerciais e equipamentos ou serviços, públicos ou privados, podendo excepcionalmente ser permitido outro tipo de ocupação desde que compatível com os usos dominantes, designadamente, com a função habitacional, mediante aprovação das entidades competentes, entre as quais, a Câmara Municipal.



Imagem 61 – Teatro Municipal de Bragança

Imagem 62 – Centro de Ciência Viva



Imagens 63 e 64 – Antigo Solar Sá Vargas  
actual Centro de Arte Contemporânea Graça Morais



O Plano de Urbanização da Cidade de Bragança teve como objectivos fundamentais: repensar o espaço urbano, visando a manutenção, colmatação, requalificação e expansão do parque edificado, no sentido de dar resposta à desejada qualificação da área de intervenção; e dinamizar o aproveitamento das potencialidades endógenas e turísticas da área de intervenção, que se podem enquadrar em tipos diferentes de oferta turística, nomeadamente o turismo ambiental e cultural. Para o apoio do desenvolvimento económico-social e definição dos princípios de uso e transformação do solo, o plano reivindicou a definição de uma estrutura verde adequada às necessidades da população, que contribuiu para a integração harmoniosa dos espaços naturais envolventes e incentivou a implementação do sector turístico associado à preservação, recuperação e protecção do património cultural existente. Com o novo PU, cuja publicação está prevista para breve, será integrada no perímetro urbano uma freguesia que por ser rural não representará um aumento significativo de população. Algumas áreas de domínio administrativo desta freguesia já se encontravam dentro do perímetro estabelecido pelo Plano Ordenador do PDM de 1995, logo a ligação destas à sua sede, Samil, resultou na expansão da área propensa à construção de habitação. Estas alterações fazer-se-ão acompanhar de uma nova abordagem da Cidade. A área de expansão habitacional aumentará. O antigo zonamento sectorial dará lugar a áreas de menor dimensão em virtude da recente reestruturação urbana que visa integrar de modo mais harmonioso os seus equipamentos e serviços. E ainda, ressaltarão as preocupações com as acessibilidades às novas áreas incluídas no perímetro urbano, estando prevista a reconversão destas em avenidas ou *boulevards*. Em suma, Cabeça Boa deixará de ser um anexo e

Samil é incluída no perímetro. As ligações prevêm melhoramentos e os equipamentos colectivos melhor integração.

Bragança é uma cidade que incluirá no seu perímetro urbano, núcleos de carácter rural. Neste âmbito está previsto como meta a médio prazo, a construção de um Tecnopólo localizado a Nordeste da Cidade. Neste sentido, até 2013, Bragança quer afirmar-se como a Eco Cidade Piloto num espaço Ibérico, nomeadamente no Turismo e Lazer, que são sem dúvida um dos Clusters de desenvolvimento de toda a Região Norte de Portugal. Estas acções permitirão à cidade dotar de condições sustentáveis, associando e interligando toda uma estratégia de Inovação com a criação dum Tecno-parque, vinculando o conceito Eco Energético a toda uma política de desenvolvimento sustentado no Turismo e nas Novas Tecnologias. No âmbito deste tema, em 2006, a Câmara Municipal de Bragança deu início a uma reflexão oficializada com a Carta de Aalborg<sup>xxxiv</sup>, com a qual, juntamente com outras cidades, se compromete a realizar um plano de desenvolvimento a longo prazo que tenha em vista um desenvolvimento sustentável da sua cidade. Entre os princípios resultantes desta medida salienta-se a Compactação do Território que define uma cidade controlada, alicerçada na sua expansão, onde o espaço público tem um papel primordial. O equilíbrio entre o edificado e o espaço público possibilita a relação, o contacto. Este modelo de cidade é mais eficiente numa perspectiva energética, na medida em que uma maior compactação exige a conservação dos espaços agrícolas e dos de elevado valor ecológico que ainda sobrevivem ao redor da trama urbana. Essencialmente, diminui o consumo de solo e os múltiplos impactos associados ao mesmo, transformando a cidade num organismo mais complexo que possui um meio urbano caracterizado pela vitalidade, pela diversidade de actividades,

serviços e lazer repartidos equilibradamente. Este aspecto resume o cenário de um modelo urbano mais sustentável para o qual se deveria transitar, uma vez que se caracteriza pela sua diversidade, acessibilidade, participação, limpeza e maior eficiência na gestão de recursos e produção de energia.

Os poucos anos que constituem este novo século também são marcados pelos investimentos da autarquia em novos equipamentos que desempenham a dupla função de resposta às necessidades culturais da população e elementos urbanos harmonizadores e integradores do seu envolvente. Entre os quais: o Teatro Municipal, o Centro de Ciência Viva, e o Solar Sá Vargas que requalificado deu lugar ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais.

#### 4. Conclusão

No presente trabalho o tema *Urbanismo* foi abordado utilizando como objecto de estudo a cidade de Bragança. Muitas foram as questões que ficaram por abordar, devido à complexidade deste tema e à extensão das mesmas. Toda a investigação foi realizada com base na avaliação e monitorização dos instrumentos de planeamento da cidade, colocando constantemente em confronto o pensamento e a operatividade, o plano e a realidade, e desenho e a inspiração. Foram analisadas as transformações urbanas e compreensão da cidade de hoje, como resultado de um processo contínuo. Este não impediu de identificar a fragmentação presente na sua paisagem urbana, como resultado de cada período, de cada *urbanista*, ou ainda, de cada acontecimento relevante ao longo da sua história.

Apesar dos vestígios arqueológicos apontarem várias povoações na região de Bragança, a sua fundação, como Vila, é remetida para o século XII. Surge como Praça Atalaia com um papel predominantemente defensivo. Da sua caracterização como povoado fronteiriço adveio a importância que manteve durante quase todo o período monárquico, à excepção dos anos de ocupação filipina. Neste período, além de perder a função de defesa, uma vez que o Reino de Portugal partilhava o mesmo rei com o Reino de Castela, assistiu à destruição de algumas das suas construções militares aquando da ocupação espanhola. Entre elas, e com particular pesar, o Forte São João de Deus.

No meu ponto de vista, durante os sete séculos de governação monárquica, o crescimento urbano baseou-se no estabelecimento de *ligações-chave*. Durante estes séculos são variados os esforços políticos no sentido de povoar e aumentar o aglomerado urbano, no entanto o crescimento lento do aglomerado não correspondeu a tais expectativas.

Estas ligações eram sempre balizadas por edifícios singulares com particular impacto no quotidiano urbano. À medida que a cidade foi crescendo foram aparecendo igrejas ao longo das suas antigas estradas e caminhos principais, progressivamente mais distantes da Cidadela. A estes edifícios estavam comumente associadas praças importantes do ponto de vista cívico, associadas às práticas religiosas – a Praça de São Vicente – e comercial – Praça da Sé. Ou poderiam, ainda, estar anexos equipamentos de saúde como o Hospital, que foi o caso da Igreja do Loreto. Todos estes edifícios estavam ligados à Cidadela por ruas que adquiriram bastante importância na urbe de então. Não existia uma ligação viária principal entre a Cidadela e o Forte São João, no entanto a ligação visual era excelente, o que se prendia à escolha da localização estratégia militar do Forte no monte dos Oleiros.

Na transição do século XIX para o século XX, a cidade passa a usufruir de uma ligação ferroviária, o que inicialmente é entendido como um factor de progresso, propício à expansão da cidade.

O século XX, a nível europeu com os consequentes reflexos a nível nacional foi riquíssimo na elaboração de novos instrumentos de planeamento, muitos deles, resultado da regular realização de Convenções, Campanhas e Conferências, que procuram promover princípios e orientações no sentido de melhorar a qualidade das urbes.

O desenvolvimento sustentável promoveu a protecção e gestão do ordenamento do território na medida em que a paisagem começa a ser entendida como elemento essencial para a qualidade de vida das populações, quer urbanas, quer rurais. Um desenvolvimento económico-social equilibrado, para o qual são necessárias boas acessibilidades, maior acesso à informação e ao conhecimento, tem como consequência maior

valorização do património cultural, o que resultará numa maior competitividade e, logo, numa melhor relação cidade-campo, mais coerente e produtiva. A paisagem, resultado da interacção dos factores naturais e humanos, expressa a base da sua identidade, através da expressão da diversidade do seu património. O património é desfrutável e deve ser desfrutado, mas cautelosamente, no sentido de não comprometer nem impossibilitar que as gerações futuras o possam usufruir deste. O sector privado exerce aqui grande importância de dinamização económica. É imprescindível o financiamento privado, associado ou não ao estatal, para investimento em grandes projectos de infra-estruturas, equipamentos e no sector habitacional. Os recursos financeiros são necessários não só para a reabilitação do património mas também para a sua manutenção e gestão, para a reabilitação de áreas urbanas e, também, para uma maior capacidade de atracção de outros recursos adicionais do sector privado. Dos quais cuja iniciativa, depende actualmente da eficácia da informação, da publicidade e de políticas de relações públicas que têm um papel decisivo a desempenhar para sucesso dos projectos. É fundamental que as autoridades administrativas controlem a expansão urbana tendo em conta: o melhoramento da qualidade de vida nos centros urbanos; a requalificação e a conservação do património; a diversificação de actividades e grupos sociais; a gestão do ecossistema urbano e a sua auto-suficiência; transportes públicos ecológicos e eficazes; e a previsão das diversas redes inerentes à cidade, a nível intermunicipal.

As cidades históricas enfrentam novos desafios no início do terceiro milénio, e dependem de uma abordagem sustentável para o sucesso da sua adaptação à mudança. Para esta concretização é essencial um equilíbrio entre preservação histórica e desenvolvimento económico. Esse equilíbrio é

baseado em preocupações intrínsecas ao planeamento urbano e à protecção do ambiente urbano. Deste modo começou a ser integrada uma política de conservação em todas as outras políticas sectoriais que afectam o ambiente urbano, reconhecendo a importância económica, social e cultural da sua herança histórica e arqueológica, admitindo a necessidade de uma abordagem integrada do uso do solo. A sobrevivência do património histórico é assegurada através da atribuição de funções actuais e socialmente úteis, que possam restaurar e manter o tecido urbano assim como aumentar a vitalidade da experiência dos centros históricos, e do apoio à necessidade de promover arquitectura moderna de grande qualidade e desenho urbano que reflectam a contribuição do século XX na qualidade das cidades históricas.

Neste século foi também lançado o debate sobre a autenticidade da indústria do património e sobre o turismo. Pertinente no sentido de reconhecer a importância da diversidade e da tolerância, uma vez que o Património é a tradução das civilizações e da diversidade das identidades. No sentido de preservar a nossa identidade não se deve permitir que o progresso tecnológico, que responde às necessidades do presente comprometa o usufruto deste pelas gerações futuras. A importância da diversidade cultural prende-se à capacidade de resposta a dois cenários contemporâneos: a globalização e o aumento da tensão e conflito social. O papel desempenhado pela cultura pode prevenir conflitos. O livre acesso à cultura é um meio eficaz de prevenir que grupos em situação desfavorecida, especialmente minorias étnicas e imigrantes, se voltem para a violência. Sem prescindir das suas raízes culturais é possível estabelecerem uma forma harmoniosa de relacionamento para com a comunidade onde se



integram. Políticas de qualidade na arquitectura e no planeamento são essenciais para criar novo património e permitir a continuidade do existente.

Até ao século XX, Bragança caracterizava-se como uma cidade de pequena dimensão e compacta, ao longo deste século vai expandir-se desafogadamente, ainda que este factor consinta a sua fragmentação. Uma vez que a sua necessidade de prosperar resulta, inicialmente, num somatório de pequenos aglomerados.

Devido à mudança e diversidade de instrumentos de planeamento, resultado da mudança de «pensamentos» e objectivos, este século é analisado em períodos, cronológicos, mais curtos.

Nas décadas de 10 e 20 o desenvolvimento urbano foi pouco significativo. Num contexto de pós-guerra e sob uma nova óptica, a do urbanismo «higienista» e «funcionalista», resultam intenções de renovar os bairros históricos, ou, no contexto de Bragança, edifícios muito seleccionados pelos recursos económicos que exigiam. Associado a este período apenas existem referências a obras de melhoramentos e manutenção. Foi também executados alguns melhoramentos urbanos, mais sob o ponto de vista paisagístico, a título da visita Real, prevista para o mês em que foi instaurada a República. Plantas do início da década de 40 mostram que, até então, Bragança mantinha, sensivelmente, o mesmo núcleo construído desde o final do século XVIII.

Tendo em conta o número de habitantes da cidade, um grande contingente foi enviado para a guerra. Uma população com menos habitantes dispõe de menos rendimentos que fomentem o crescimento físico da cidade. Também a autarquia disponibiliza parte do seu orçamento para apoiar as famílias cujas fontes de rendimento foram deslocadas.

Nas décadas de 30 e 40, fruto de uma iniciativa da Administração Central, são elaborados levantamentos topográficos que tinham por objectivo constituírem o suporte da reorganização da cidade com base no desenho, como novo instrumento. As intervenções são predominantemente de iniciativa estatal, pouco preocupadas em «integrar» iniciativas particulares. Surge então um Plano de Urbanização associado ao nome do Arquitecto Januário Godinho. São correntes as opiniões locais que defendem que esta figura «quase» constituiu um mito. Não fosse a correspondência entre o arquitecto e a autarquia, existente no Arquivo, a provar que mantinha contacto com a mesma. No entanto, estas mesmas cartas documentam orientações, não muito específicas, e sempre deixando ao critério dos técnicos locais a interpretação e concretização das necessidades «urbanas». Não excluo a hipótese de este arquitecto ter comunicado, do início do processo, uma estratégia global, com objectivos e intenções bem definidos. Deixando que os técnicos locais, bem mais conscientes da realidade local, interpretassem o seu «pensamento» para a cidade, o concretizassem e apenas fossem orientados, quando de facto entendessem necessário. No entanto, não encontrei documentos, suficientes, que corroborassem esta minha suposição. Posso, apenas, afirmar que houveram orientações por correspondência, e que existem algumas breves referências, de 1945, às futuras regras a que se sujeitaria uma via – a Estrada do Turismo – que pouco se desenvolveu e pouca importância adquiriu até aos dias de hoje.

Nas décadas 50 e 60 as palavras-chave associadas ao desenvolvimento urbano são: Administração e Educação. Os equipamentos colectivos afirmam-se como preocupação administrativa. Existe também uma breve memória descritiva, datada de 1956, que alude à necessidade

de construir um hospital e um quartel na Encosta do Forte São João de Deus, área a reverter, uma vez que esta localização permitia uma construção «livre e arejada», no entanto a implantação permaneceu por definir durante algum tempo. Ainda que as opções administrativas estivessem muito condicionadas pelo poder central, a cidade foi conquistando alguma importância a nível regional. Em 1960 o arquitecto, até então, «responsável» pelo Plano de Urbanização foi substituído por Viana de Lima. Segundo uma carta da Câmara Municipal, do mesmo ano, esta apresenta como motivo para a substituição, perante a DSMU, o desinteresse do arquitecto Januário Godinho pela função que vinha a desempenhar. A este período são remetidas a construção da Escola Industrial e o Jardim Público, espaços públicos que viriam a exercer a função de unificadores perante as construções subsequentes. Os traçados dos caminhos-de-ferro, por norma vinculam e condicionam o desenho das cidades que atravessam. Bragança exemplifica este acontecimento, o traçado da linha férrea foi alterado, uma vez que foi entendido como obstrução ao crescimento da cidade para sudeste, que pelas condicionantes da topografia, se apresentava como a orientação mais favorável. O primeiro delineamento foi vinculado com a ocupação, quase na sua totalidade, da principal avenida da cidade. O novo traçado ainda que desviado por noroeste da cidade, entretanto desactivado, vai igualmente marcar o esboço da cidade.

Nas décadas de 70 e 80 os Municípios dispõem de maior autonomia relativamente ao poder central e têm a possibilidade de escolher os seus próprios técnicos, até então aprovados e seleccionados pelas Direcções do Ministério das Obras Públicas. Como muitas cidades, Bragança deparava-se com problemas para os quais os seus técnicos não tinham instrumentos

para fazer face. A cidade deparava-se com o problema dos bairros clandestinos. A sua harmonização e organização implicavam uma atitude de Planeamento que abrangesse toda a cidade, a fim de evitar que a falta de «planeamento», permitisse novo surto de construção descontrolada. Neste período assistiu-se a uma enorme expansão da cidade, ultrapassando a barreira física e psicológica da linha ferroviária, assim como à elaboração de numerosos Planos Parcelares de Urbanização e consequente ascensão de novos bairros. Contudo, devido à recente regulamentação dos planos predominantes, estes não se apresentam unificados por uma abordagem global, mas antes resultam num somatório de zonas com diferentes funções. Desde nos finais da década de 70 foram iniciados múltiplos estudos e levantamentos com o propósito de reunirem informação para a concretização do PDM.

Na área do Urbanismo, a década de 90 é marcada pela aprovação deste Plano, que após alguns anos de estudo, tenta responder às necessidades da cidade a que se destina. No entanto, o Plano baseia-se no «desenho de chão», disciplinando o zonamento do sob. Dada a distribuição de funções, por zonas, esta atitude não impede um somatório de arquitecturas que se traduz na falta de harmonia entre as mesmas. No início desta década o caminho-de-ferro é desactivado e para o compensar são prometidas ligações rodoviárias de transportes públicos às populações mais próximas, sendo estas as principais utilizadoras do anterior serviço público. Para colmatar anteriores êxodos, a instalação do ensino superior representou um considerável fomento ao progresso da cidade. À chegada de um número considerável de estudantes adiciona-se a necessidade de maior oferta de habitação, serviços e lazer. A cidade começa a organizar-se

e a dispor de vários centros, associados a serviços específicos desde saúde, educação até aos administrativos.

Com o virar do milénio deu-se uma consolidação das tendências que se vinham a desenvolver nas décadas anteriores e a cidade usufruiu de diversas melhorias. Aproveitando os fundos europeus atribuídos ao abrigo do Programa Polis, Bragança teve oportunidade de requalificar o seu Património, intervindo, principalmente, no «centro histórico», no corredor verde junto ao Fervença e na encosta do Castelo. A par da reconversão urbana, os espaços e edifícios públicos começam a desempenhar o papel de unificadores entre zonas com diferentes funções. Os novos planos, em decurso, procuram dissipar as centralidades periféricas, mas incutir-lhes continuidade e acessos de qualidade, tanto para com as saídas da cidade, como para com os principais serviços. São previstos melhoramentos nos antigos e a criação de novos acessos aos núcleos periféricos, a às localidades incluídas recentemente no perímetro urbano. A cidade apresenta um novo programa e novos equipamentos para o alcançar. Um dos objectivos da cidade, a médio prazo, é afirmar-se como a Eco Cidade Piloto na Península Ibérica, para concretizar esse propósito a autarquia tem investido em equipamentos colectivos de interesse cultural e tecnológico e nas boas acessibilidades nacionais e internacionais. Actualmente, o IP4 assume-se como a principal infra-estrutura regional a nível viário, permitindo as ligações ao Porto, a Vila Real, onde estabelece ligação com a A24, e também como via de ligação à Galiza.

Neste extenso processo de análise tive a oportunidade de ter um primeiro grande contacto com um nível de realidade urbanística que desconhecia e conhecer a *pluridisciplinaridade* de competências, instrumentos e aparelhos que suportam as sucessivas transformações

urbanas de uma cidade. Apesar de consciente da distância que ainda necessito percorrer para dominar este tema, sinto-me gratificada com o muito que aprendi.



## 5. Bibliografia

- AA. VV., *Bragança – um olhar sobre a cidade*, Bragança: Bragança Polis – Sociedade para o Desenvolvimento Programa Polis de Bragança, 2004
  - AA. VV., *Bragança – um olhar sobre a história*, Bragança: Bragança Polis – Sociedade para o Desenvolvimento Programa Polis de Bragança, 2004
  - Administração Central e Local, *Regulamento de Programa de Incentivos à recuperação de fachadas e coberturas de Imóveis degradados situados na Cidadela de Bragança*, Bragança: Câmara Municipal de Bragança
  - AFONSO, Ana Maria e GASPARG, Diogo, *A Construção de uma Identidade, Trás-os-Montes e Alto Douro*, Bragança: Arquivo Distrital de Bragança, 2002
  - AFONSO, Ana Maria, *O Mosteiro de Castro de Avelãs*, Cascais: Patrimónia Histórica, 2002
  - AGUIAR, José, *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*
  - AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica: estudos cromáticos e conservação do património*, Porto: FAUP, 2002
  - AGUIAR, José, *Guia de Apoio a reabilitação de edifícios habitacionais*, Lisboa: LNEC, 1994
  - AGUIAR, José, *Planear e Projectar a Conservação da Cor na Cidade Histórica: experiências havidas e problemas que subsistem*, Lisboa, LNEC, 2003
  - ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo II, (ed.2000) Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal
  - Gabinete Coordenador do Programa Polis
  - Gonçalo Ribeiro Teles
  - Luísa Shmidt e João Guerra
  - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas
  - Liga para a Protecção da Natureza, Lia Vasconcelos
  - Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, José António Oliveira Bandeirinha e Gonçalo Esteves Oliveira do Canto Moniz
  - Laboratório Nacional de Engenharia Civil – Depart.º de Edifícios - Núcleo de Arquitectura e Urbanismo, Ana Cláudia Pinho
  - Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, Cristina Soares Cavaco
  - Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, João Cabral
  - ISCTE - Secção Autónoma de Arquitectura e Urbanismo, Manuel C. Teixeira
  - GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, Graça Serra; Filipa Ramalhete; Pedro Costa
  - AUP - Associação dos Urbanistas Portugueses, M. Norberto Corrêa
  - Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente; Fernanda Paula Oliveira
  - Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro; Teresa Fidélis
  - Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
  - Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
  - Departamento de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT); Luís F. P. Conceição
  - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU)
  - Departamento de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT); Luís Piques Serpa
  - Conselho Nacional de Delegados – Ordem dos Arquitectos; João Belo Rodeia
- ORDEM DOS ARQUITECTOS, *a cidade para o cidadão – o planeamento em pormenor em questão*, 2006:
- BABO, António Pérez, *O PLANEAMENTO DE PORMENOR E A ENGENHARIA URBANA – A Cidade para o Cidadão*, Lisboa: FEUP, 2006 (síntese de alguns textos de opinião)
- Textos de Opinião:
- Nuno Teotónio
  - Ana Cristina Bordalo
  - Walter Rossa

- *Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo*, Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto
- *Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património*, Lei n.º 107/01 de 08 de Setembro
- BEKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried, Portugal: *Arquitectura do Século XX*, Lisboa: CCB, 1998
- BERENGUEL, Alda; FREIXO, Fernando; RODRIGUES, Luís Alexandre; *Presidentes da Câmara de Bragança – da República aos nossos dias*, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2004
- CANOTILHO, Luís e FERREIRA, Luís; *100 anos da linha do Tua: 1906 – 2006*, Bragança: Quadrante Zero/Artipol, Lda, 2006
- CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70, 1982
- CORREIA, Nuno Carlos Pedroso de Moura, *A Construção da Crítica*, Trabalho de Síntese apresentado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica – Departamento de Arquitectura e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005
- COSTA, Alexandre Alves, *Seis lições – Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa*. Porto: FAUP, 1995
- CUNNINGHAM, Allen, *Modern Movement Heritage*, E&FN Spon, Bath Press, 1998
- DOMINGUES, Álvaro, *Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana*, Lisboa: Argumentum, 2006
- ECO, Humberto, *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, 14.º edição, Lisboa: Editorial Presença, 2008
- FERNANDES, José Manuel, *A Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*, Lisboa: Gradiva, 1993
- FERNANDES, José Manuel, *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo - Coleção Património Moderno*, Lisboa: Ed. IPPAR, 2003
- FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura Portuguesa – Temas Actuais II*, Lisboa: Edições Cotovia, Lda., 2005
- FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930- 1974*, Porto: FAUP Publicações, 1988
- FERNANDES, Mário Gonçalves, *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal*, Porto: FAUP Publicações, 2005
- FLORES, Joaquim António de Moura, *Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal*, Tese de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos: Universidade Técnica de Lisboa, 2 vol., 1998
- GRANDE, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo*, Coimbra: e|d|arq, 2002
- GUILLAUME, Marc, *A Política do Património*, Porto: Campo das Letras, 2003
- GONZÁLES-VARAS, Ignacio, *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, Madrid: Ediciones Cátedra, 2000
- IPPAAR, "Património Arquitectónico e Arqueológico" - Col. "Informar para Proteger" - "Zonas Especiais de Protecção" - AAP - Compilação do Dr. José Manuel da Silva Passos, Lisboa: Ministério da Cultura, 1996
- JOKILEHO, J., *History of Architectural Conservation*, Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias, *DIRECTIVA 2002/91/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO* de 16 de Dezembro de 2002 relativa ao desempenho energético dos edifícios, 2003
- LARKKAM, P.J., *Conservation and the City*, London: Routledge, 1996
- LYNCH, Kevin, *A boa forma da Cidade*, Lisboa: Edições 70, 2007
- LOBO, Manuel Leal da Costa, "A Recriação da Imagem de Coimbra e os seus Valores Culturais. Museu" - Programa "Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos" Coimbra: Nacional Machado de Castro, 1983
- LOBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização – A Época de Duarte Pacheco*, Porto: FAUP, 1995
- LOPO, Albino Pereira, *Bragança e Benquerença*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1900
- MAIA, Maria Helena T., *O Restauro Arquitectónico em Portugal*, Porto: ESAP, 2005
- MEIRELES, C., PEREIRA, D., ALVES, M. I. C., PEREIRA P., *Inventariação e caracterização do Património Geológico na área do Parque Natural de Montesinho* (PN, NE de Portugal) – contributo para o seu Plano de Ordenamento, Lisboa: Ciências da Terra (UNL), 2002
- MENEZES, Marluce e TAVARES, Martha Lins, *Salvaguarda da imagem da cidade histórica e dinamização do património urbano*, Lisboa: LNEC, 2004
- MITCHELL, W. J. T., *Landscape and Power*, Chicago: The University of Chicago Press, 1992

- MONIZ, Gonçalo Canto, *Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos Anos 30*, Barcelona: Departamento de Composición Arquitectónica UPC, 2005
- Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Lei n.º 97/2007 de 7 de Maio
- MOREIRA, Cláudio e ANDRÉ, Clara, *Plano de Pormenor para a Zona Histórica de Bragança I*, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2002
- NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929 – 1960)*, Porto: FAUP, 2001
- Ordenamento do Território, Eixo estratégico 1 – Compactação do Território, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2006
- PAU-PRETO, Fernando, *Sebenta CE – Cartas Educativas*, Aveiro: APPLA, 2006
- PORTAS, Nuno, *A Cidade como Arquitectura: apontamentos de métodos e crítica*, Lisboa: Livros Horizonte, 2007
- PORTAS, Nuno, *"Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando"*, Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro, 1983
- PORTAS, Nuno, *Notas sobre a Intervenção na cidade existente*, in Sociedade e Território, n.º 2, Porto: Edições Afrontamento, 1985
- PORTAS, Nuno, *Os tempos das Formas – Vol. I A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM), 2005
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (2003) - *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PORTAS, Nuno, *Arquitectura(s) : história e crítica, ensino e profissão*, Porto: FAUP, 2005
- PORTAS, Nuno, *Arquitectura(s) : teoria e desenho, investigação e projecto*, Porto: FAUP, 2005
- Planeamento – *Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território*, Aveiro: APPLA, número 1
- Planeamento – *Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território*, Aveiro: APPLA, número 2
- Planeamento – *Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território*, Aveiro: APPLA, número 3
- Planeamento – *Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território*, Aveiro: APPLA, número 4
- PROGRAMA POLIS, *Viver Bragança: Programa Polis – Plano Estratégico*, Lisboa: Programa Polis, 2000
- QUINTA, Fernanda, *Sebenta SRU – Sociedades de Reabilitação Urbana*, Aveiro: APPLA, 2005
- *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial*, Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro
- ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço – uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra: Almedina, 2002
- SALES, Fátima, *JANUÁRIO GODINHO: Arquitectura, Paisagem e Cultura Urbana, Aspectos a reavaliar*, Porto: ESAP, 2005
- SANTOS, Lusitano, *Planos de urbanização para a cidade de Coimbra*, Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 1983
- TRUSIANI, Elio, *Do Centro Histórico à Cidade Histórica: a dimensão do projecto de conservação – o caso da cidade de Roma*, Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.º 9, Paraná: Editora UFPR, 2004
- TOMÉ, Miguel, *Património e Restauro em Portugal*, Porto: Faculdade de Arquitectura da UP, 2002
- TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto: FAUP Publicações, 1997
- ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa: Editora Arcádia, 1970 (Vol. I e II)

### 5.1. Bibliografia *On-line*:

AA. VV., *Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico* [on-line], [Consult. 13 Maio 2008]. Disponível em: <http://www.apmch.pt>

AA. VV., *Evolução Histórica*, [on-line], [Consult. 19 Maio 2008]. Disponível em: <http://www.min-financas.pt/>

AA. VV., *Missão e atribuições*, [On-Line], [Consult. 19 Maio 2008]. Disponível em: <http://www.mai.gov.pt/>

AA. VV., [on-line], [Consult. 13 Maio 2008]. Disponível em:

[http://www.cm-viana-castelo.pt/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=132](http://www.cm-viana-castelo.pt/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=132)

AA. VV., [on-line], [Consult. 13 Maio 2008]. Disponível em: <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=2911>

SOARES, Nuno Pires, *Uma População que se Urbaniza*, [on-line], [Consult. 13 de Maio 2008]. Disponível em: [http://www.igeo.pt/atlas/Cap2/Cap2d\\_2.html](http://www.igeo.pt/atlas/Cap2/Cap2d_2.html)

### 5.2. Créditos de Imagem

Imagens 01 a 25, 29, 32, 33, 35 a 38, 41, 43, 44, 47, 50 a 55, 57 a 64 – Imagens da autora

Imagens 28, 34, 39, 40 42, 45, 46, 48 e 49 – Arquivo Municipal de Bragança

Imagens 26 e 27 – <http://www.igeo.pt/atlas>

Imagens 30 e 31 – BERENGUEL, Alda; FREIXO, Fernando; RODRIGUES, Luís Alexandre; *Presidentes da Câmara de Bragança – da República aos nossos dias*, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2004

Imagem 54 – Professor Lusitano dos Santos urbanistas, Planta de Ordenamento, Plano Director Municipal da Cidade de Bragança (1995)

Imagem 56 – <http://polisbraganca.sapo.pt>



## 6. Anexos

### 6.1. Anexo 1 – Léxico de Abreviaturas:

Perante a quase asfixiante panóplia de terminologias, conceitos, definições e abreviaturas encontradas durante todo o processo de pesquisa, senti a necessidade de catalogar alguns destes, que desempenharam o papel de auxiliares na compreensão das fontes, e de ferramentas ao longo do trabalho.

6.1.1.APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico

6.1.2.Cartas:

- 6.1.2.1. Carta de *Aalborg* – 1994
- 6.1.2.2. Carta de Atenas, Sociedade das Nações Unidas – 1931
- 6.1.2.3. Carta de Atenas, CIAM – 1933
- 6.1.2.4. Carta Europeia do Ordenamento do Território – 1983
- 6.1.2.5. Carta Europeia do Património Arquitectónico – 1975
- 6.1.2.6. Carta de Florença, ICOMOS – 1981
- 6.1.2.7. Carta de Petrópolis, Centros históricos – 1987
- 6.1.2.8. Carta do Restauro – 1972
- 6.1.2.9. Carta do Rio – 1992
- 6.1.2.10. Carta de Veneza, Monumentos e Sítios – 1964
- 6.1.2.11. Carta de Washington - Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – 1987
- 6.1.2.12. Recomendação de Paris, Paisagens e Sítios – 1962
- 6.1.2.13. Recomendação de Paris, Património Imaterial, Unesco – 2003

6.1.3.CCR – Comissões de Coordenação Regional

6.1.4.CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

6.1.5.CIAM – Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (*Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*)

- 1928, CIAM I, *La Sarraz*, **Suiça**, Fundação dos CIAM
- 1929, CIAM II, *Frankfurt*, **Alemanha**, Unidade mínima de habitação
- 1930, CIAM III, *Brussels*, **Bélgica**, Desenvolvimento racional do lote
- 1933, CIAM IV, *Athens*, **Grécia**, Publicação da Carta de Atenas; A Cidade funcional
- 1937, CIAM V, Paris, **França**, Moradia e recreação
- 1947, CIAM VI, *Bridgwater*, **Inglaterra**, Reafirmação dos objectivos dos CIAM. Nossas cidades podem sobreviver?
- 1949, CIAM VII, *Bergamo*, **Itália**, Sobre a cultura arquitectónica
- 1951, CIAM VIII, *Hoddesdon*, **Inglaterra**, O Coração da cidade
- 1953, CIAM IX, *Aix-en-Provence*, **França**, A Carta da habitação
- 1956, CIAM X, *Dubrovnik*, **Jugoslávia**, Surgimento da Team X
- 1959, CIAM XI, *Otterlo*, **Holanda**, dissolução do CIAM

6.1.6.DERU – Divisão de Estudos de Renovação Urbana

6.1.7.DGERU – Direcção Geral dos Equipamentos e da Recuperação Urbana

6.1.8.EAT – Estrutura de Apoio Técnico

6.1.9.FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

6.1.10. GAT – Gabinete de Apoio Técnico

6.1.11. GOP – Grandes Opções do Plano

6.1.12. ICCROM – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e o Restauro dos Bens Culturais

6.1.13. ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e

6.1.14. IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

6.1.15. IPPC – Instituto Português do Património Cultural

- 6.1.16. INTEGRAR – Programa para a Integração Económica e Social de Grupos Vulneráveis
- 6.1.17. IORU – Intervenção Operacional de Renovação Urbana
- 6.1.18. IOS – Índice Ocupação do Solo
- 6.1.19. IUS – Índice de Utilização do Solo
- 6.1.20. MAI – Ministério da Administração Interna
- 6.1.21. MAOT – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
- 6.1.22. MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
- 6.1.23. MOPTC – Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações
- 6.1.24. MPAT – Ministério do Planeamento e da Administração do Território
- 6.1.25. MQV – Ministério da Qualidade de Vida
- 6.1.26. PDR – Plano de Desenvolvimento Regional
- 6.1.27. PEOT – Planos Especiais de Ordenamento do Território
- 6.1.28. PGM – Plano Geral de Melhoramentos
- 6.1.29. PGU – Plano Geral de Urbanização
- 6.1.30. PIDDAC – Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
- 6.1.31. PIDR – Programas Integrados de Desenvolvimento Regional
- 6.1.32. PL – Plano Local
- 6.1.33. PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território
- 6.1.34. PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
- 6.1.35. PNROT – Programa Nacional de Planeamento e de Ordenamento do Território
- 6.1.36. POA - Programa Operacional do Ambiente
- 6.1.37. POAT – Programa Operacional Acessibilidades e Transportes
- 6.1.38. POC - Programa Operacional da Cultura
- 6.1.39. POCTI - Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação
- 6.1.40. POOC – Planos de Ordenamento da Orla Costeira
- 6.1.41. PPRU – Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana
- 6.1.42. PROCOM – Programa de Apoio à Modernização do Comércio
- 6.1.43. PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
- 6.1.44. PSP – Plano de Salvaguarda do Património
- 6.1.45. PSV – Plano de Salvaguarda e Valorização
- 6.1.46. PT – Plano Territorial
- 6.1.47. PURU – Plano de Urbanização de Reabilitação Urbana
- 6.1.48. QCA – Quadro Comunitário de Apoio
- 6.1.49. RAN – Reserva Agrícola Nacional
- 6.1.50. RECRIPH – Regime Especial de Participação Financeira na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
- 6.1.51. Rehabita – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
- 6.1.52. REN – Reserva Ecológica Nacional

6.1.53. SEALOT – Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território

6.1.54. SEHU – Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo

6.1.55. SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

6.1.56. SNI – Sistema Nacional de Informação

6.1.57. URBAN – Programa de Iniciativa Comunitária relativo à Revitalização e Requalificação das Áreas Urbanas

6.1.58. ZEP – Zonas Especiais de Protecção



## Notas de Fim:

### <sup>i</sup> Mosteiro Castro de Avelãs:

Situava-se a três quilómetros do núcleo populacional de Bragança e na Baixa Idade Média era considerada a mais rica instituição monástica da região de Trás-os-Montes. Pertencia, eclesiásticamente, à diocese de Braga e a sua fundação é remetida para o século VII. Entre as diversas teses sobre a fundação do Convento, uma aponta que se deve ao próprio S. Frutuoso, santo que havia edificado alguns mosteiros na mesma comarca. Esta hipótese é obstada pelo facto de se prever que o Santo já havia morrido aquando da data de referência. Outra versão defende D. Afonso V de Leão, doou ao monges as terras de Benquerença. Assim sendo, a fundação do cenóbio inserir-se-ia no século XI, época em que já vigorava no Ocidente peninsular a regra de S. Bento. Existem ainda outras versões sendo por isso difícil apontar considerações exactas. Aquando da doação e couto do mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs, este pertencia à Ordem de S. Bento, não inviabilizando a hipótese pré-benedictina da fundação frutuosiense, que remete para o monarquismo visigótico ou hispânico. Entretanto monásticamente beneditinos com a chegada dos «cluniacenses». Veio a ser extinto quando Miranda passou a sede de bispado, o que teve como consequência a destruição do templo medieval, cujos materiais foram adoptados para outras construções religiosas.

### <sup>ii</sup> Igreja de Santa Maria:

Foi o primeiro templo da cidade, cuja data de construção é associada à fundação da cidade. Da igreja primitiva pouco resta, uma vez que foi sendo sujeita a significativas alterações ao longo da sua existência. O corpo do monumento apresenta um interior dividido em três naves por colunas poligonais que sustentam arcos de meio ponto, modelando o espaço desta igreja-salão. No do séc. XVIII provêm muitos elementos decorativos e alguns acrescentos arquitectónicos das oficinas de Valladolid, como o retábulo barroco da capela-mor e o tecto da nave central que apresenta uma pintura com cenografias de belo efeito. A frontaria, de «tipo retabular», é animada por um portal de feição barroca, em que desempenham papel de relevo as colunas pseudo-salomónicas e os enrolamentos dos frontões. Pela mão dos canteiros, a talha dos altares materializou-se em pedra, para solenizar a entrada do espaço santo.

### <sup>iii</sup> Capela de São Tiago:

Está entre as construções inexistentes actualmente, nesse sentido não se conhece a sua suposta configuração. Estima-se que fosse uma construção *“de modesta dimensão, tinha esta capela um alpendre sustentado por colunas, duas das quais sobre leões. (...) Uma torre com dois sinos, o das «audiências» e outro que servia de relógio, completava o quadro externo deste edifício que no início do século XVIII estava já em declarada ruína.”* in RODRIGUES, op. cit., pp. 262

*“Ficava dentro da Cidadella, mas já não se sabe o sítio em que estava situada. Presume-se que ficasse em frente da Igreja de Santa Maria, pois ainda agora ao espaço que ali há se*

*chama de largo de S. Thiago (...). Já existia no tempo do primeiro duque D. Afonso ou foi obra sua, pois a elle se deve a criação em Bragança da confraria da nobre cavallaria de S. Thiago (...).”* in LOPO, op. cit., pp.37

### <sup>iv</sup> Igreja de São João:

*“Existindo já na primeira metade do século XIV, a Igreja de S. João Baptista, hoje inexistente, viria a ter na época moderna grande importância na cidade de Bragança, pelo facto de ser das paróquias que então havia nesta urbe. Duarte D’Armas, na vista oeste que tirou da cidade, representou a torre desta igreja. Alta e esguia possuía algumas frestas e uma cobertura aguda com a cruz a servir de remate. (...) Se o sítio da sua implantação condicionou a sua grandeza, a provável pobreza dos materiais utilizados deixavam elementos a possibilidade de com alguma facilidade imprimirem marcas da ruína.”* in RODRIGUES, op. cit., pp.277

Localizava-se em frente à Igreja de S. Bento, onde posteriormente se localizou o edifício do Banco de Portugal, projectado pelo Arq. Adães Bermudes e construído em 1904, agora com outra ocupação.

### <sup>v</sup> Convento São Vicente:

*“Construída sobre uma capela de raiz românica, a Igreja de S. Vicente passaria durante a segunda metade do séc. XVI por importantes transformações. (...) Em 1683, a queda sobre o corpo da igreja de «hua torre que tinha, como as das muralhas antigas», obrigou a que fosse «reedificada de novo». (...) A capela, «de bobida de cantaria» situava-se «defronte da porta principal da dita igreja que parte com a samchristia della» só pode ser construída entre 1665, ano em que doadores se casaram, e 1686, data da escritura de doação. (...) O acentuado declive do sítio em que se implantou a igreja de S. Vicente, tendo como referência a Praça do mesmo nome, e os condicionalismos decorrentes do acanhamento da rua que lhe confronta a poente, determinaram o rasgamento da entrada principal ao meio corpo, como acontece nos conventos de freiras.”* in RODRIGUES, op. cit., pp.265

### <sup>vi</sup> Torre de Menagem:

De construção ordenada por D. João I, localiza-se no ponto mais defensável. Sustenta, nos seus ângulos, vigias de bom recorte; no seu interior, uma cisterna, que serve uma função residencial atestada, também, por aberturas de amplos vãos. Destaca-se a janela ogival geminada da fachada sul. A cintura defensiva que a protege é constituída por panos de muros e «cubelos».

### <sup>vii</sup> Convento de São Francisco:

Conta a história que... *“Em 1214 veio o patriarca S. Francisco de Itália à Espanha, (...) e visitou o templo de Santiago, na Galiza, havendo seis ou cinco anos que fundara a ordem religiosa do seu nome. (...) dizem que no regresso do santo a Itália passara por Bragança e fundara o Convento. (...) Devido à doença e à solicitação da sua presença em Itália, este Santo não se prolongou o tempo suficiente para assistir às fundações do seu templo. Outros*

motivos prenderam-se à influência dos vizinhos beneditinos de Castro de Avelãs e à prioridade máxima desta terra cidade (...) a fortificação da cidadela (...). Bragança, povoada, a modo de Roma, por escravos, judeus, adúlteros, assassinos e outros criminosos, sem dúvida atraídos pelas garantias outorgadas no foral de D. Sancho, não seria a terra melhor preparada para receber carinhosamente uma ordem religiosa. (...) No entanto, este convento é muito antigo. No testamento de D. Afonso III, feito em 22 de Novembro de 1271, aparece a verba de cinquenta libras para os frades menores de Bragança.” in ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo II, (ed.2000) Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, pp.243

#### viii Ordem do Hospital

“A Ordem do Hospital resultou da fundação de um hospício anexo ao mosteiro de Santa Maria Latina, situado em Jerusalém, com o objectivo de prestar cuidados assistenciais aos peregrinos, que, por tradição remota, se dirigiam à Terra Santa.” in AFONSO e GASPAREL, op. cit., pp.80

#### ix Colégio e Igreja dos Jesuítas (actual Sé):

A companhia dos Jesuítas e a sua actividade missionária foram estabelecidas em Portugal durante o reinado de D. João III, cujo apoio reinante permitiu construções numerosas, a partir da segunda metade do século XVI.

“A importância arquitectónica destes edifícios foi de tal modo marcante que, determinando a importância posteriormente todos os empreendimentos construtivos da Companhia, havia de estender a sua influência a outros sectores durante cerca de um século e meio.” (pp.249) “Bragança, enquanto principal núcleo urbano de uma região onde o judaísmo tinha inúmeros seguidores, rapidamente foi identificada como uma zona onde, tal como no Oriente e no Brasil, o esforço evangelizador era prioritário. (...) Sinal da influência que os inicianos já exerciam (...) é o facto de lhes ser entregue o convento inicialmente destinados às freiras claras. (...) Em 1562, foi doado aos Jesuítas que nele permaneceram até ao momento em que foram declarados proscritos.” in RODRIGUES, op. cit., pp.251

“O estabelecimento da Sé em Miranda do Douro, apenas por razões políticas, nunca foi do agrado nem dos Bispos nem da maioria da população da diocese.” (pp. 307)

Havia já sido dados alguns passos no sentido de tentar transferir uma vez que Bragança era mais central e dada a sua localização “periférica e as características daquela cidade. (...) Paredes-meias com Castela, (...) viu o inimigo entrar nas suas portas, em (...) 1762. (...) A destruição (...), cometida pelo invasor castelhano, acelerou o movimento de transferência da sede diocesana. (...) O estabelecimento da Sé em Bragança, no edifício que desde o séc. XVIII até à actualidade tem ocupado, foi resultado de circunstâncias várias, (...) [tendo sido muito conveniente] a classificação dos Jesuítas como «notórios rebeldes, adversários e agressores» (...) [suficiente] para o monarca os considerar «desnaturalizados, proscritos, e extirpados mandando que efectivamente sejam expulsos» de Portugal e seus domínios.” (pp.308)

“Se os doze altares da Sé de Miranda eram já insuficientes para os membros do Cabido, na Igreja de Bragança, mais pequena, «a falta de choro capaz, e de altares» seria causa de

embaraços para os ofícios religiosos. Havendo necessidade de ultrapassar tais inconvenientes, numa altura em que o monarca já havia consentido na mudança da catedral para Bragança, entendeu D. Frei Aleixo que a solução do problema passava pela construção de uma nova Sé.” in RODRIGUES, op. cit., pp.315 A futura obra viriam a não passar dos alicerces uma vez que o dinheiro a ela dirigido fora necessário para alimentar as tropas que se encontravam a defender a Cidade.

#### x Convento de Santa Clara:

Actualmente este conjunto encontra-se reduzido à sua Igreja. “O convento de freiras franciscanas da invocação de Nossa Senhora da Conceição foi fundado em 1570 por D. Catarina mulher de D. João III, segundo uns, e por D. Catarina Duquesa de Bragança, segundo outros.” (pp.26)

No entanto, a versão melhor corroborada, segundo a opinião do autor supra citado, é a de que é encomenda da Casa de Bragança, uma vez que numa carta do rei D. Afonso VI é referido que o mesmo Convento foi mandado levantar pelos duques de Bragança.

“Com a extinção das ordens religiosas, passou o convento da Santa Clara a propriedade do Governo e a sua igreja entregue ao culto público.” in LOPO, op. cit., pp.26

#### xi Mosteiro de São Bento:

“De entre as casas religiosas mais importantes pela grandeza do seu edifício e tradições de virtudes monásticas, que havia em Bragança, destacava-se o mosteiro de São Bento, de que hoje apenas existe a sua igreja. (...) Foi mandado fazer a expensas de uma Dona viúva chamada Maria Teixeira em 1590, que quis fazer herdeira de seus bens a Santa Escolástica, irmã do padre S. Bento.” in LOPO, op. cit., pp. 27

“Derrubados os Claustros de S. Bento, não se conhece quaisquer elementos informativos.” in RODRIGUES, op. cit., pp.260

#### xii Forte São João de Deus:

Sabe-se que a sua construção foi estratégica, para reforçar o sistema defensivo da cidade. O monte dos Oleiros encontrava-se nas imediações do núcleo construído e caso não fosse ocupado poderia ser usado pelo inimigo em períodos hostis. Dedicado a D. João IV, o forte foi riscado de acordo com os princípios do *Methodo Lusitano de desenhar as fortificações das Praças regulares e irregulares*. Em 1660, decorria a sua construção e de um modo geral é uma fortaleza regular de quatro ângulos com baluartes. A sua organização permitia que fosse possível manter o forte com poucos militares, vigiando uma vasta área de terreno e estabelecendo comunicação visual com a Cidadela.

#### xiii Igreja da Misericórdia:

“Agregando a capela e o adro da Igreja de Santa Maria Madalena, fundou-se em 1518 a Santa Casa da Misericórdia de Bragança.” in RODRIGUES, op. cit., pp.266

A mesma igreja foi reconstruída em 1539, para servir como Igreja da Misericórdia.